

A classe política como protagonista da queda da ditadura militar brasileira

The political class as the protagonist in the downfall of the Brazilian military dictatorship

VINÍCIUS JOSÉ MIRA*

Obra resenhada:

PITTS, Bryan. *Until the storm passes: Politicians, democracy, and the demise of Brazil's Military Dictatorship*. Oakland: University of California Press, 2023.

As transições políticas no Cone Sul nas últimas décadas do século XX foram objeto de estudos acadêmicos antes mesmo dos ditadores saírem do poder, ainda no calor dos acontecimentos. Na ocasião, o campo de estudos era dominado por sociólogos, politólogos e economistas, conjuntura onde os historiadores, em larga medida, ainda não se ocupavam do estudo do presente (Ramírez, 2012). Com efeito, a “transitologia” era um reconhecido campo de estudos da ciência política em meados da década de 1980, atenta aos processos de transição política na América Latina, no Leste Europeu e no Norte da África, de regimes autoritários

* <https://orcid.org/0000-0002-4628-3232>
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Avenida Madre Benventura, 2007,
Florianópolis, Santa Catarina, 88035-901, Brasil
viniciusmira1987@gmail.com

e/ou ditatoriais à democracia liberal (Schmitter, 2014; Hermet, 2001; Bunce, 1995, Huntington, 1991).

Em um balanço a respeito desses estudos, originalmente publicado em 1985, a cientista política Eli Diniz (2016) enumerou três principais abordagens para os estudos da transição brasileira: a) a decadência do regime autoritário se deu por meio das pressões por mudança e da insatisfação da sociedade, a partir da questão econômica e da conjuntura de crise, rachando a base de sustentação do regime. Essa abordagem confere protagonismo às reações da sociedade civil, de personagens como a classe operária e setores populares urbanos e rurais; b) a cúpula dirigente da ditadura antecipou-se às pressões da sociedade, a partir de cisões e conflitos no interior do próprio regime, conduzindo as mudanças fora do controle dos partidos e da sociedade civil. Essa abordagem confere destacado protagonismo aos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, alegados arquitetos da transição; c) a transição se deu a partir da confluência entre um pacto negociado pelas elites e demandas irradiadas pela sociedade, manifestas em movimentos sociais e no voto. Trata-se de uma perspectiva que concilia as duas abordagens antagônicas supracitadas. Nesse caso, são protagonistas tanto as elites dirigentes, hábeis em conservar o seu poder, quanto a resistência da sociedade civil.

Ao que tudo indica, o livro de Bryan Pitts (2023), *Until the storm passes: politicians, democracy, and the demise of Brazil's Military Dictatorship*, localiza-se na última abordagem, mas com um certo ineditismo. Segundo o autor — doutor em História Latino-americana pela Duke University (2013) e docente do *Latin American Institute da University of California, Los Angeles* (UCLA) —, o debate acadêmico existente, com poucas exceções¹, subestima o papel dos políticos no processo de

1 Como exceções, Bryan Pitts cita *Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional, ARENA (1965–1979)*, de Lúcia Grinberg; *Política de botinas amarelas: O MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988*, de Célia Soibelman Melhem; *Traditional Politics and Regime Change in Brazil*, de Frances Hagopian; *Political Parties in Authoritarian Brazil*, de Margaret Sables Jenks; *Legal Opposition Politics under Authoritarian Rule in Brazil: The Case of the MDB, 1966–79*, de Maria D'Alva Gil Kinzo; e *Elites políticas durante o regime militar: Um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB*, de Alessandra Carvalho. Bryan Pitts

transição, de tal forma que seu livro conta “pela primeira vez a história do papel decisivo da classe política na queda do regime militar” (Pitts, 2023, p.8. Tradução livre). Bryan Pitts argumenta que, ainda que os políticos não tenham sido os únicos responsáveis pela derrubada da ditadura, seu papel é crucial:

os estudantes se manifestaram, os trabalhadores fizeram greves, as elites empresariais reclamaram e, ainda assim, o regime resistiu. Ele só caiu quando seus aliados restantes na classe política finalmente decidiram que eles estavam fartos (Pitts, 2023, p.3. Tradução livre).

O foco projetado aos políticos não é exatamente inédito, mas penso que há uma significativa contribuição original ao debate proposta por Bryan Pitts. O argumento geral apresentado é de que a ditadura remodelou a classe política brasileira, por meio de mudanças impostas aos políticos pelos militares. Ainda que desconfiados, os militares apostavam em uma transformação da classe política e de suas atitudes (corrupção, regionalismo, rivalidades etc.). Sucessivos fechamentos do Congresso Nacional, manipulação de eleições e infundáveis cassações colocaram o poder dos políticos em questão. Como resultado, os políticos foram, de fato, transformados, mas não exatamente como o regime autoritário desejava.

Ao rejeitar a tutela militar, a classe política se reconciliou com a crescente participação popular. Ainda que isso tenha resultado em uma mudança profunda em suas posições, não deixou de ser um cálculo estratégico que foi revertido quando houve oportunidade, em 2016, retornando o Brasil a um tipo de semidemocracia dominada pelas elites, conforme sustenta o autor. Segundo ele, esse perfil da classe política gestado no ocaso da ditadura militar ajuda a explicar como o mesmo

especula que duas décadas de “história vista de baixo” afastaram os historiadores dos estudos das elites, ao mesmo tempo em que os cientistas políticos tenham estado mais dispostos a pesquisar o papel da sociedade civil para além de partidos e instituições na mudança política.

Congresso Nacional aplaudiu entusiasticamente os discursos de posse antagonicamente distintos de Luiz Inácio da Silva, em 2003, e Jair Messias Bolsonaro, em 2019.

De certa forma, a tese apresentada se diferencia de trabalhos historiográficos que denotam um certo controle dos militares no processo negociado de saída da ditadura militar, em contraponto à baixa influência da classe política em seu curso, tais como as reflexões de Carlos Fico (2017), Rodrigo Patto Sá Motta (2021) e Marcos Napolitano (2018), para citar apenas alguns. Bryan Pitts apresenta a classe política como agentes de sua própria história, cujo controle da atuação, em certa medida, escorreu da mão dos militares no ocaso do regime autoritário.

Para sustentar seus argumentos acima apresentados, Bryan Pitts se vale de alguns episódios emblemáticos da atuação da classe política no regime autoritário, a partir de 1968. Os três primeiros capítulos da obra tratam, respectivamente, da invasão policial à Universidade de Brasília, em agosto de 1968; a crise político-institucional que culminou no Ato Institucional nº 5, entre setembro e dezembro do mesmo ano; e os 10 meses seguintes ao ato arbitrário, até outubro de 1969, de suspensão de direitos políticos e ataque às liberdades civis.

Os dois capítulos seguintes tratam do cotidiano da vida política sob o regime autoritário no início da década de 1970, com o quarto capítulo conferindo destaque à anticandidatura presidencial de Ulysses Guimarães, em 1973, e o quinto capítulo tratando do expressivo resultado eleitoral obtido pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1974 e os seus desdobramentos nos limites da distensão política em curso.

Por fim, os dois últimos capítulos, o sexto e o sétimo, tratam, respectivamente, do papel desempenhado pela classe política nas greves do ABC e na campanha das Diretas Já, com foco nos limites da mobilização popular, na saída negociada via Colégio Eleitoral e nas disputas entre as novas agremiações partidárias (Partido Democrático Social – PDS, Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Democrático Trabalhista – PDT e Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) pelo capital político da pujante sociedade civil brasileira do início da década de 1980. Sintomaticamente,

conforme argumenta o autor, a ditadura foi derrubada por aquilo que os militares mais desprezavam às vésperas do golpe de 1964: mobilização popular e politicagem interesseira. A primeira, manifesta na campanha das Diretas Já, enquanto a segunda mostrou-se perceptível na formação da Frente Liberal, a dissidência que buscou a manutenção de seus privilégios a partir do abandono da candidatura do partido de apoio ao regime (Paulo Maluf pelo PDS) para engrossar os quadros da candidatura de Tancredo Neves (PMDB):

O regime militar finalmente chegou a um fim infame no rastro das duas coisas que os oficiais de 1964 mais detestavam: a mobilização popular e a politicagem interesseira. Com as Diretas Já derrotadas, os militares poderiam ter mantido um resquício de seu projeto sob [Paulo] Maluf. No entanto, foi a aversão a Maluf, o tipo de político sem princípios e interesseiro com o qual eles haviam passado duas décadas contando, enquanto tentavam reformá-lo sem sucesso, que levou as Forças Armadas a aceitar [Tancredo] Neves (Pitts, 2023, p.170. Tradução livre).

E o autor continua:

Em muitos aspectos, a classe política que derrubou o regime em 1985 era a mesma de 1964: homens brancos ricos e interesseiros, motivados pelo desejo de manter seus privilégios, mais confortáveis em fazer acordos de bastidores do que em coexistir com a mobilização popular. A ânsia do PMDB em adotar uma solução negociada após o fracasso das Diretas Já é ilustrativa. Da mesma forma, os dissidentes do PDS traíram o regime não por princípios – pois, para começar, eles tinham poucos – mas porque se recusaram a afundar em um navio que estava naufragando. E o aristocrático e conciliador [Tancredo] Neves estava mais próximo dos valores da classe política do que o impetuoso [Paulo] Maluf, que contornou a

elite política nacional e levou seu caso diretamente às bases de seu partido, o baixo clero da classe política (Pitts, 2023, p.170-171. Tradução livre).

O livro é resultado da pesquisa em dezenove arquivos no Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Portugal e Espanha. A principal fonte utilizada é a imprensa, entendida como local privilegiado de percepção da atuação dos políticos. Também é feito o uso de biografias, correspondências particulares, informes da estrutura de espionagem do regime, entrevistas de História Oral, resultados eleitorais e registros sonoros do Congresso Nacional e do Gabinete da Presidência da República.

Diante do exposto, a obra de Bryan Pitts fornece relevantes contribuições para o debate sobre a transição política brasileira. Além disso, ela está bastante afinada às exigências do presente. Ao analisar historicamente o papel da classe política na queda da ditadura militar, o historiador propõe um debate que ajuda a entender também a atuação dos políticos brasileiros em dois governos presidenciais tão distintos entre si que se sucederam, como no caso recente de Bolsonaro e Lula.

Ampliando o argumento, o debate da ciência política brasileira sobre a conjuntura político-institucional da Nova República pode encontrar em *Until the storm passes* um profícuo diálogo. Quer dizer, é na atuação da classe política na queda da ditadura militar que podem ser encontradas as condições de emergência do “presidencialismo de coalizão” (Abranches, 1988) e/ou do “peemedebismo” (Nobre, 2013).

Se há uma vasta bibliografia discutindo o papel dos políticos no golpe de 1964 - ao ponto que muitos preferem chamá-lo de golpe civil-militar para delimitar com precisão a participação de setores da sociedade civil como os políticos, a imprensa, o empresariado, a Igreja Católica, entre outros – o livro *Until the storm passes* é oportuno ao destacar o papel da classe política na equação da transição política, mas, dessa vez, com posição crucial para o transcurso do processo.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Hudson de. Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 5-38, 1988.
- BUNCE, Valerie. *Should transitologists be grounded? Slavic Review*, Cambridge, v. 54, n. 1, p.111-127, 1995.
- DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura. In: SZWAKO, José; MOURA, Rafael; D'AVILA FILHO, Paulo (org.). *Estado e sociedade no Brasil: A obra de Renato Boschi e Eli Diniz*. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016. p.239-255.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: Aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74. jan./abr. 2017.
- HERMET, Guy. As transições democráticas no século XX: Comparação entre América Latina e Leste Europeu. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Transição em fragmentos: Desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.13-43.
- HUNTINGTON, Samuel P. Democracy's Third Wave. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 2, n. 2, p.12-34, 1991.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2018.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: Da abertura democrático ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PITTS, Bryan. *Until the storm passes: Politicians, democracy, and the demise of Brazil's Military Dictatorship*. Oakland: University of California Press, 2023.
- RAMÍREZ, Hernán. Política e tempo presente na historiografia das ditaduras do Cone Sul da América Latina. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 71-94, jan./jun., 2012.

SCHMITTER, Philippe C. Reflections on “transitology: before and after. *In*: BRINKS, Daniel M.; LEIRAS, Marcelo; MAINWARING, Scott (org.). *Reflections on uneven democracies: The legacy of Guillermo O’Donnell*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014. p.71-86.

Recebido: 12 mar. 2025 / Revisto pelo autor: 13 ago. 2025 / Aceito: 11 jun. 2025

Editora responsável: Nathália Sanglard de Almeida Nogueira